

FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁXIS PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REFLEXÕES SOBRE O CARGO DE ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

CONTINUING EDUCATION AND PROFESSIONAL PRAXIS IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: REFLECTIONS ON THE ROLE OF ADMINISTRATIVE ASSISTANT

FORMACIÓN CONTINUA Y PRAXIS PROFESIONAL EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: REFLEXIONES SOBRE EL CARGO DE ASISTENTE DE ADMINISTRACIÓN

Raíssa Káren Matias de Carvalho¹
Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima²

RESUMO: Este artigo analisa o trabalho e a formação mínima exigida para os cargos de Assistentes em Administração no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco nos Institutos Federais. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo parte do entendimento de que o trabalho desses servidores deve ser compreendido em sua totalidade histórica, social e institucional. A discussão organiza-se em três eixos: as bases conceituais da EPT, o trabalho e a formação dos Assistentes em Administração no âmbito do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação e a formação continuada como possibilidade de fortalecimento da práxis profissional. Os resultados evidenciam que a atuação desses profissionais ultrapassa funções burocráticas, assumindo caráter educativo, mediador e estratégico para o funcionamento institucional. Conclui-se que a formação continuada, quando articulada às demandas reais do trabalho e fundamentada teoricamente a uma perspectiva crítica, poderia possibilitar a realização de uma práxis profissional, contribuindo para a valorização profissional, o fortalecimento da identidade dos servidores e a consolidação do projeto educativo da EPT.

1

Palavras-chave: Técnico-Administrativos em Educação. Institutos Federais. bases conceituais da EPT.

ABSTRACT: This article analyzes the work and minimum qualifications required for Administrative Assistant positions in the context of Professional and Technological Education (PTE), focusing on Federal Institutes. Grounded in historical-dialectical materialism and developed through bibliographic research, the study is based on the understanding that the work of these professionals must be considered in its historical, social, and institutional totality. The discussion is organized into three axes: the conceptual foundations of PTE; the work and education of Administrative Assistants within the scope of the Career Plan for Administrative Technicians in Education; and continuing education as a means of strengthening professional praxis. The results show that the performance of these professionals goes beyond bureaucratic functions, assuming an educational, mediating, and strategic role in institutional functioning. It is concluded that continuing education, when articulated with the real demands of the work and theoretically grounded in a critical perspective, can enable the realization of professional praxis, contributing to professional development, strengthening professional identity, and consolidating the educational project of PTE.

Keywords: Technical-Administrative in Education. Federal Institutes. Conceptual Foundations of Professional and Technological Education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB).

² Orientadora e Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB).

RESUMEN: Este artículo analiza el trabajo y la formación mínima exigida para los cargos de Asistentes de Administración en el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), con énfasis en los Institutos Federales. Fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico y desarrollado mediante una investigación bibliográfica, el estudio parte de la comprensión de que el trabajo de estos servidores debe ser entendido en su totalidad histórica, social e institucional. La discusión se organiza en tres ejes: las bases conceptuales de la EPT; el trabajo y la formación de los Asistentes de Administración en el marco del Plan de Carrera de los Técnicos Administrativos en Educación; y la formación continua como posibilidad de fortalecimiento de la praxis profesional. Los resultados evidencian que la actuación de estos profesionales trasciende las funciones burocráticas, asumiendo un carácter educativo, mediador y estratégico para el funcionamiento institucional. Se concluye que la formación continua, cuando se articula con las demandas reales del trabajo y se fundamenta teóricamente en una perspectiva crítica, podría posibilitar la realización de una praxis profesional, contribuyendo a la valorización profesional, al fortalecimiento de la identidad de los servidores y a la consolidación del proyecto educativo de la EPT.

Palabras clave: Técnicos Administrativos en Educación. Institutos Federales. bases conceptuales de la EPT.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve uma alta expansão no cenário educacional brasileiro, sendo seu grande marco a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - ou apenas Institutos Federais, - surgem nesse contexto como instituições públicas voltadas à promoção de uma formação integrada, comprometida com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país (Brasil, 2010).

A concretização da missão institucional dos Institutos Federais depende da atuação de diversos sujeitos que compõem a instituição, incluindo docentes e os servidores técnico-administrativos. Esses últimos, os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) exercem papel fundamental na organização e funcionamento das atividades institucionais, consideradas as atividades “meio”. Dentre esses servidores, o cargo de Assistente em Administração se destaca por sua ampla presença nos diferentes setores das instituições e pela diversidade de atividades desempenhadas, atuando em áreas administrativas, acadêmicas e de atendimento institucional (Brasil, 2005).

Entretanto, estudos evidenciam lacunas na formação para o exercício profissional desses servidores, notadamente no momento de ingresso, o que impacta diretamente sua atuação (Sakamoto et al, 2014; Loureiro; Mendes; Silva, 2018; Beck; Derosa; Matos, 2022). Na pesquisa de Beck, Derosa e Matos (2022), inferiu-se que muitos servidores se sentem desorientados diante das demandas do trabalho, evidenciando fragilidades nos programas de formação institucional. O cenário é ainda mais significativo quando se considera que o requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Assistente em Administração é o Ensino Médio, o que, embora amplie o

acesso ao serviço público, não contempla, necessariamente, a complexidade das demandas institucionais presentes na Educação Profissional e Tecnológica.

Essa condição tende a produzir um descompasso entre as exigências do trabalho e a formação inicial do servidor, podendo resultar em práticas marcadas pela reprodução de rotinas administrativas e pela limitação da compreensão do papel educativo do cargo. Como consequência, a práxis profissional pode ser reduzida a uma dimensão técnico-operacional, fragilizando a articulação entre teoria e prática e dificultando a construção de uma atuação crítica e reflexiva no contexto institucional.

Nessa perspectiva, Saviani (2021) alerta que a predominância de uma lógica pragmatista na educação tende a privilegiar o “saber fazer” em detrimento da compreensão crítica da realidade, resultando em práticas que se restringem à execução de tarefas sem a devida mediação teórica. De forma convergente, Kuenzer (2002) destaca que a formação desvinculada de fundamentos teóricos mais amplos contribui para a constituição de práticas fragmentadas e adaptativas, voltadas mais à reprodução das demandas institucionais do que à sua problematização.

Nesse cenário, a formação continuada emerge como elemento central para o desenvolvimento profissional e para a ressignificação do trabalho, na medida em que possibilita a ampliação da consciência sobre o papel social do servidor e favorece a construção de uma práxis crítica e alinhada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Apesar da relevância dessas discussões, a literatura acadêmica sobre o trabalho dos TAEs ainda é relativamente limitada quando comparada à produção científica voltada à formação docente. Essa lacuna contribui para a invisibilização do trabalho administrativo no interior das instituições educacionais, reforçando a percepção de que essas atividades estariam dissociadas do processo educativo (Loureiro; Mendes; Silva, 2018). Entretanto, compreender a dinâmica institucional dos Institutos Federais implica reconhecer que o trabalho administrativo constitui elemento estruturante para a realização das atividades educacionais. Nesse sentido, a formação continuada dos Assistentes em Administração assume papel relevante para o desenvolvimento institucional e para a qualificação dos serviços públicos oferecidos à sociedade. Especialmente ao se compreender que a EPT possui princípios educacionais que se vinculam à uma formação humana emancipadora, que visa à transformação social (Brasil, 2010).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo discutir teoricamente a relação entre o trabalho, formação e a possibilidade da práxis profissional dos Assistentes em Administração no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, o texto se

organiza em três eixos analíticos principais: (1) os princípios da EPT, também conhecidos como suas bases conceituais; (2) as características oficiais do trabalho da carreira dos Assistentes em Administração e a formação para o cargo; (3) a formação continuada como possibilidade de práxis profissional para os Assistentes em Administração da EPT.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa e se fundamenta na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, pois se entende que o trabalho dos Assistentes em Administração deve ser analisado em sua totalidade e historicidade, a partir das contradições e mediações sociais, políticas e econômicas que perpassam sua atuação (Netto, 2011).

Metodologicamente, a pesquisa se configura como um levantamento bibliográfico, considerando as principais bases de dados online de artigos científicos e de teses e dissertações, buscando-se prioritariamente produções brasileiras. Os termos para esse levantamento contemplaram três eixos: (1) a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com foco em suas Bases Conceituais; (2) a formação continuada dos servidores técnico-administrativos em educação, com ênfase nos Assistentes em Administração; e (3) a práxis como base epistemológica para a compreensão da prática profissional e das possibilidades formativas.

4

Complementarmente, adotou-se como procedimento analítico a leitura exploratória, seletiva e interpretativa das produções levantadas, buscando identificar categorias centrais relacionadas ao objeto de estudo, tais como trabalho, formação continuada, identidade profissional, prática administrativa e práxis. A análise do material bibliográfico ocorreu de forma crítica e dialética, considerando os nexos entre singularidade, particularidade e totalidade presentes nas condições de trabalho dos Assistentes em Administração nos Institutos Federais.

Foram priorizados autores e documentos legais de referência no campo da Educação Profissional e Tecnológica, da formação humana integral e da organização do trabalho no serviço público educacional, bem como pesquisas empíricas sobre os Técnico-Administrativos em Educação. A interpretação dos dados buscou evidenciar contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real, entre a formação exigida para ingresso no cargo e as demandas efetivas da atuação profissional, além das possibilidades formativas voltadas à transformação da prática cotidiana.

BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no contexto brasileiro, tem passado por um processo de ressignificação, orientado pela superação de sua histórica vinculação a uma formação instrumental voltada às demandas imediatas do mercado de trabalho. Esse entendimento vem sendo progressivamente superado por concepções que defendem uma formação humana integral, ou omnilateral, além da politecnia em prol da compreensão do mundo do trabalho enquanto categoria ontológica da humanidade. Nessa direção, a EPT passa a ser compreendida como um espaço formativo que articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia, orientando-se para o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos (Ciavatta, 2012; Frigotto, 1995). Conforme destacam Silva e Melo (2024), a EPT não deve se limitar à qualificação técnica, mas deve promover o desenvolvimento pleno do indivíduo em suas múltiplas dimensões, articulando competências específicas à formação crítica e à capacidade de intervenção na realidade.

Essas orientações se fundam em princípios educacionais que se configuram como as atuais Bases Conceituais da EPT, que se concentram na questão do trabalho como princípio educativo e que incluem a formação omnilateral e a politecnia (Carvalho; Sinésio, 2025; Chagas; Lima, 2021; Gomes; Rocha; Souza, 2023). Para se apropriar dessas bases, é preciso antes compreender o *trabalho* como a ação de transformar a natureza de forma a suprir as necessidades humanas, criando-se, assim, o mundo social, sendo essa atividade a categoria fundante da humanidade.

O trabalho, em uma perspectiva ontológica, se configura como a atividade essencial e exclusiva do ser humano, responsável não apenas pela produção do mundo social e pela transformação da natureza, mas também do próprio sujeito. O trabalho surge de necessidades humanas e, ao mesmo tempo em que modifica a realidade, transforma também quem o realiza.

A partir dessa concepção, compreende-se que o trabalho não apenas produz bens materiais, mas também constitui o próprio sujeito. Assim, ao ser incorporado como princípio educativo, o trabalho orienta uma formação que supera a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, integrando a dimensão intelectual ao processo produtivo (Frigotto; Ciavatta, 2012).

A compreensão do trabalho enquanto princípio educativo é o elemento básico para a organização curricular, para a definição de conteúdos ou de atividades e para o estabelecimento de metodologias. Afinal, considerar o trabalho como princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Isso também implica que as pessoas sejam agentes da história (Brasil, 2024, p. 30-31)

Dessa forma, a formação oferecida pela Educação Profissional e Tecnológica não deve apenas buscar atender ao mercado, mas preparar os indivíduos para compreender, criar e transformar a realidade social de forma crítica e emancipadora.

Nesse sentido, defende-se uma educação politécnica, compreendendo que a noção de politecnia se contrapõe à formação restrita e instrumental, propondo uma educação que possibilite ao estudante apreender os fundamentos científicos dos processos produtivos. Conforme Kuenzer (2002), a educação politécnica não se limita ao adestramento para funções específicas, mas visa ao domínio dos princípios gerais da produção.

Articulada a essa perspectiva, a formação omnilateral refere-se ao desenvolvimento integral do ser humano. Nesse sentido, Ciavatta (2014) aponta que essa formação contempla dimensões diversas — física, intelectual, estética, moral, cultural, política e laboral —, integradas em um processo formativo amplo. Dessa forma, a integração entre politecnia e formação omnilateral constitui um eixo estruturante da EPT, ao possibilitar uma formação que articula conhecimentos técnicos às dimensões sociais e humanas do trabalho.

A consolidação dessas bases conceituais aproxima a EPT de uma perspectiva crítico-emancipatória de educação. Conforme Saviani (2021), o trabalho deve ser compreendido como mediação fundamental no processo de formação humana. Nessa direção, a EPT deixa de atender exclusivamente às demandas do mercado e passa a assumir o compromisso com a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade social. Assim, entende-se que a educação profissional deve preparar os indivíduos não apenas para o exercício de uma profissão, mas para a atuação consciente e transformadora na sociedade, trazendo o vislumbre de uma educação emancipadora.

Essas bases da EPT, para serem realizadas, requer que os profissionais atuantes nessas instituições tenham uma sólida compreensão desses princípios. Não se pode pressupor que a apropriação dessas bases apenas pelos docentes seja suficiente para garantir sua efetivação. Tal fato, porém, é comum, pois

pensar em uma instituição de ensino (...) remete de imediato à díade docente/discente. É frequente acreditar que tal núcleo se basta. Nesse contexto, o servidor técnico-administrativo em educação (TAE) aparece marginalizado, de modo que o seu trabalho expressa a chamada ‘atividade-meio’ dessas instituições, ocultadas pelas atividades de maior visibilidade e prestígio dentro do escopo ensino-pesquisa-extensão, isto é, as ‘atividades-fim’, cuja notoriedade está centrada na figura do docente (Loureiro; Mendes; Silva, 2018, p. 707).

De forma contrária a esse senso comum, defende-se que, “os/as gestores/as, docentes, servidores/as e funcionários/as da educação profissional e tecnológica não podem se esquecer

de que também são educadores/as (Brasil, 2024, p. 45). Ou seja, todos os profissionais que atuam nas instituições de EPT se configuram como agentes educacionais, participando, de forma consciente ou não, da construção desses espaços formativos.

Desse modo, a consolidação de uma EPT comprometida com a formação integral exige o envolvimento coletivo dos sujeitos institucionais, de modo a garantir que o trabalho seja efetivamente compreendido como atividade de transformação da realidade e de si mesmo.

TRABALHO E FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES EM ADMINISTRAÇÃO

Os Institutos Federais, enquanto instituições de Educação profissional e Tecnológica, se propõem a formar o sujeito para compreender o mundo do trabalho enquanto espaço de produção e reprodução social, em prol das necessidades humanas. Com isso, se propõem a proporcionar uma relação com o trabalho para além de seu sentido empregatício, mercadológico e pragmático, o que requer uma formação educacional com as bases conceituais explicitadas no tópico acima. Entretanto, como se dá a formação e atuação dos profissionais, em especial dos Assistente em Administração, que trabalham nessas mesmas instituições com essa proposta formativa? Antes de adentrar essa questão, é preciso compreender o que corresponde efetivamente ao trabalho dos Assistente em Administração, enquanto integrantes do corpo de servidores Técnico-Administrativos em Educação.

O trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) nas instituições federais de ensino é regulamentado pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091/2005. As carreiras dos TAEs são divididas por níveis, sendo eles nível A, B, C, D e E, cada qual com seus requisitos formativos para ingresso no cargo. O cargo de Assistente em Administração corresponde ao nível de classificação D da carreira, destinado a atividades de suporte técnico-administrativo no âmbito das instituições federais de ensino.

De modo geral, o cargo de Assistente em Administração tem como finalidade contribuir para o funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas das instituições, assegurando a operacionalização de processos, fluxos documentais e atendimento aos usuários dos serviços educacionais (Brasil, 2005). De acordo com o PCCTAE, o cargo de Assistente em Administração, é descrito da seguinte forma:

Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritório (BRASIL, 2005).

Essa descrição permite uma ampla atuação desses servidores, em diferentes setores institucionais, que incluem funções de apoio administrativo e técnico em diferentes áreas institucionais, tais como recursos humanos, administração, finanças, logística e atividades acadêmicas. Entre as atribuições previstas estão o atendimento ao público interno e externo, a prestação e o recebimento de informações institucionais, bem como o tratamento de documentos diversos, envolvendo atividades como registro, tramitação, organização e arquivamento, gestão de processos administrativos e utilização de sistemas de gestão pública, participação da elaboração de projetos referentes à melhoria dos serviços da instituição e assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, observando os procedimentos administrativos estabelecidos pela instituição (Brasil, 2005).

Essas atividades exigem conhecimentos técnicos, habilidades organizacionais, capacidade de interpretação de normas institucionais e envolvem constante interação com estudantes, docentes e gestores institucionais. Dessa forma, o trabalho desses profissionais não pode ser entendido apenas como execução de rotinas burocráticas. Ao contrário, trata-se de uma atividade social complexa, que envolve processos de mediação institucional e contribui diretamente para o funcionamento das instituições educacionais (Beck; Derosa; Matos, 2022).

Ademais, a atuação desses profissionais pode assumir caráter educativo, especialmente quando se aproxima das atividades-fim da instituição. Rocha e Costa Filho (2021) indicam que quanto mais próximos dos setores acadêmicos, maior é a percepção desses servidores como educadores. Essa compreensão reforça a necessidade de reconhecer o trabalho administrativo como parte integrante da construção cotidiana das práticas institucionais e, conseqüentemente, do próprio projeto educativo dos Institutos Federais.

Não obstante, historicamente, o trabalho administrativo foi frequentemente associado a uma dimensão meramente operacional, em contraste ao que se espera do trabalho docente.

A distinção entre os trabalhadores da educação remonta ao início da história de colonização do país, emoldurando a dualidade entre os trabalhos mais ligados a atividade-fim (professor) e os ligados a atividade-meio (TAE), realidade cristalizada pelo sistema de capital. Nessa conjuntura, Monlevade (2012) traduz cinco problemas enfrentados pelos TAEs na escola: invisibilidade social; subalternidade política; marginalização pedagógica; subvalorização salarial; indefinição funcional. São esses que ainda repercutem na vida funcional do TAE, reverberando inclusive na EPT, que é fundada em uma base teórica integrada, avessa às dualidades do sistema do capital (Rocha; Costa Filho, 2024, p. 16).

Essa defasagem revela uma dissociação entre o trabalho prescrito e o trabalho real: enquanto o trabalho real envolve mediações institucionais complexas e participação ativa na dinâmica educativa, o trabalho prescrito permanece vinculado a uma lógica tecnicista,

impactando a identidade profissional e limitando políticas formativas. Essa visão tende a reduzir a complexidade das atividades desempenhadas pelos servidores, ignorando as mediações sociais e institucionais presentes em seu cotidiano de trabalho.

De forma consonante à invisibilidade da complexidade do trabalho do Assistente em Administração, a formação exigida para o cargo é de apenas nível médio profissionalizante ou nível médio com doze meses de tempo de experiência de trabalho na área. Apesar desse mínimo exigido ampliar as possibilidades de acesso de grande parte da população, há uma incongruência entre a formação exigida e as necessidades do trabalho. Pode-se supor que o ideário reforçado nessa situação é a de que o trabalho do Assistente em Administração é, de fato, apenas um trabalho tecnicista, sobretudo quando se espera que os 12 meses de experiência sejam suficientes para se apropriar desse tipo de trabalho, revelando uma concepção pragmatista de formação. Essa situação acaba por reforçar a perpetuação de um trabalho técnico-administrativo que não é capaz de se aprofundar nas mediações institucionais que impactam diretamente o funcionamento das práticas educativas (Alves; Lima, 2025).

Mesmo considerando a possibilidade de os servidores Assistentes em Administração já possuírem nível superior ao adentrar o cargo, não há garantias de que essa formação poderia atender às necessidades teórico-conceituais do cargo. Afinal, para além das demandas laborais,

9

Quando se vislumbra uma atuação profissional que compreenda as possibilidades político-pedagógicas do cargo com uma relação com o seu trabalho como atividade capaz de transformar a realidade à sua volta, além de si mesmo, enquanto ser humano, priorizando a realização das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, se evidencia a necessidade de uma formação específica.

Considerando o descompasso entre a formação mínima exigida e as possibilidades do trabalho, defende-se a necessidade da formação continuada como política institucional para esses cargos.

Para contribuir de forma eficaz no processo educacional, é fundamental que os TAEs adquiram conhecimentos pertinentes ao ensino, consolidem ações que transcendam as atividades-meio e reforcem a relevância de suas participações nas atividades-fim. A integração dessas atividades cria um ambiente educacional coeso e eficiente, favorece o processo ensino-aprendizagem e auxilia na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, a formação continuada torna-se essencial para fortalecer as dimensões administrativa e pedagógica dos TAEs, o que permite a criação de um ambiente acadêmico propício ao ensino e possibilita que as características mencionadas sejam efetivamente alcançadas (Alves, Lima, 2025, p. 06).

Nesse sentido, é preciso traçar como seria a formação continuada para esses servidores, de forma que ela não se torne uma simples capacitação instrumental.

FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁXIS PROFISSIONAL

A formação continuada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica tem sido progressivamente ampliada para além da qualificação docente, passando a incorporar a necessidade de desenvolvimento dos diversos profissionais que atuam nas instituições de ensino.

Considerando as discussões referentes à formação mínima exigida para os Assistentes em Administração e a complexidade de sua prática profissional, requer-se uma política de formação continuada que vise atender a essa defasagem. Vale ressaltar que é importante que essa formação se direcione para além das capacidades técnicas e pragmáticas, visando à compreensão da missão institucional dos Institutos Federais, vinculada à formação integral, politécnica, emancipadora.

Nesse cenário, a formação continuada assume papel estruturante, ao possibilitar a ampliação dos referenciais teóricos, técnicos e críticos necessários à atuação profissional, consoante à atual Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica:

Uma política de formação inicial e continuada para os segmentos que realizam o trabalho pedagógico da EPT exige, por sua vez, um conjunto de princípios e de bases conceituais. Neste documento, os princípios e as bases conceituais são discutidos a partir da perspectiva da formação humana integral e emancipatória (Brasil, 2024, p.09).

Essa política introduz novos contornos à formação no âmbito da Rede Federal ao reconhecer a necessidade de qualificação não apenas de docentes, mas também de gestores e servidores técnico-administrativos. Tal diretriz amplia a compreensão da educação como prática coletiva e institucional.

A formação continuada de servidores Técnico-Administrativos em Educação não é uma novidade, afinal a legislação brasileira estabelece mecanismos de incentivo à qualificação e à capacitação, reconhecendo sua importância para a melhoria dos serviços prestados à sociedade (Brasil, 2005). Porém, o ponto de superação do que já se tem estabelecido seria que essa formação não deve ser compreendida apenas como atualização técnica. Mobilizando as ideias de Kuenzer (2002, p. 34), entende-se que “a formação do trabalhador não pode se limitar ao domínio de tarefas, devendo possibilitar a compreensão das relações sociais que estruturam o trabalho”,

reforçando a necessidade de uma formação que ultrapasse o tecnicismo e contribua para a construção de uma práxis crítica.

Nesse sentido, Faria, Leite e Silva (2017) trazem a questão de o servidor Assistente em Administração compreender o seu trabalho para além de ações técnicas, no sentido deste se apropriar de sua prática profissional. Dessa forma, evidenciam a centralidade da apropriação consciente do trabalho como condição para o desenvolvimento de uma relação ontológica com a atividade laboral. Com essa perspectiva, ao compreender os fundamentos e o sentido de sua prática, o sujeito deixa de atuar como mero executor de tarefas e passa a se reconhecer como agente ativo no processo de trabalho, capaz de refletir criticamente sobre sua atuação, identificar possibilidades de aprimoramento e propor novos caminhos. Tal movimento revela que a apropriação do trabalho não se restringe ao domínio técnico, mas envolve uma dimensão formativa que possibilita ao indivíduo transformar não apenas a realidade em que está inserido, mas também a si próprio, reafirmando o trabalho como categoria constitutiva da existência humana.

Essa concepção vai ao encontro do pensamento freiriano, quando este ressalta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47), perspectiva que valoriza a experiência dos sujeitos e reconhece o papel da reflexão teórica e crítica no processo de aprendizagem.

11

Entretanto, ao vislumbrar a efetivação desse modelo formativo, duas problemáticas já se apresentam. A primeira seria a dificuldade em obter a liberação da chefia ou condição para os servidores Técnico-Administrativos realizarem formações continuadas, em razão da sobrecarga do setor. Loureiro, Mendes e Silva (2018) apontam que não há uma regulamentação que conceda a garantia de liberação dos servidores para formação, o que configura uma situação paradoxal pela própria natureza da instituição em que trabalham. Atualmente, verifica-se a existência de normativas mais estruturadas, principalmente a partir do Decreto nº 9.991/2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. Entretanto, a concessão permanece condicionada ao interesse da Administração, o que mantém a tensão entre o direito à formação e as demandas institucionais.

Outra questão seria a própria dificuldade em se estruturar essa formação. Sakamoto e colaboradores (2014) demonstraram que, apesar de ser consenso a necessidade de realização de formação continuada para os Assistentes Administrativos, trata-se de uma tarefa de difícil de realização: “Por ser um trabalho mais geral e não específico, é necessário saber tudo de funcionamento administrativo, inclusive conhecimentos da área pedagógica” (Sakamoto *et al*,

2014, p. 69). Devido à multiplicidade de funções realizadas por esse cargo, os autores inferiram que seria mais adequado que servidores do próprio setor conduzissem essa formação.

Essas dificuldades demandam uma estruturação de formação continuada que se apresente enquanto *política institucional* e a partir da *epistemologia da práxis*. Dessa forma, uma proposição é que os Institutos Federais desenvolvam normativas internas de formação continuada em serviço, com tempo protegido no interior da jornada de trabalho. No nível pedagógico dessa formação, se apresenta uma proposta baseada na *práxis profissional*, enquanto epistemologia que entende a teoria e prática enquanto unidade de conhecimento (Curado Silva, 2018).

Curado Silva (2018) argumenta que a *práxis* constitui-se como ação consciente e reflexiva dos sujeitos sobre a realidade. Nesse sentido, a *práxis* não se limita à execução de tarefas, mas envolve a capacidade de refletir criticamente sobre as próprias ações e sobre as condições sociais em que essas ações se realizam. Sendo assim, a *práxis* constitui “uma ação intencional e consciente, capaz de intervir na realidade e transformá-la” (Curado Silva, 2018, p. 52).

Diferentemente de uma epistemologia excessivamente teórica e da epistemologia da prática, a epistemologia da *práxis* busca partir da prática concreta, na direção de uma robusta fundamentação teórica, capaz de explicar as categorias que operam nessa prática, para assim voltar à prática. A *práxis* se apresenta, portanto, como unidade entre teoria e prática, proporcionando a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1996, p. 52), evidenciando seu caráter intencional e emancipatório. Dessa forma, a formação dos profissionais da educação deve considerar a prática social como ponto de partida e de chegada, possibilitando a compreensão crítica da realidade e sua transformação (Saviani, 2021).

Diante disso, torna-se fundamental compreender a formação como um processo permanente de reflexão sobre a prática. Como afirma Freire (1996, p. 39), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”, evidenciando que o desenvolvimento profissional está intrinsecamente relacionado à capacidade de problematizar a própria atuação. Nesse sentido, não se espera que uma formação apenas com conteúdos teóricos descolados do cotidiano do trabalho poderia ajudar nessa questão. Da mesma forma, esperar que apenas com a prática, sem compreensão teórica dos fenômenos, ocorra uma transformação dessa prática seria irreal.

Entende-se, portanto, que a formação continuada dos Assistentes em Administração precisa considerar as experiências concretas desses profissionais no cotidiano institucional,

buscar a compreensão teórica dessas experiências, entender as lacunas, acessar o conhecimento já acumulado do que se tem sobre isso, e assim transformar sua prática, conscientemente orientada. Quando construída a partir das demandas reais do trabalho, a formação pode contribuir para fortalecer a reflexão sobre a prática profissional, além de desempenhar papel relevante no fortalecimento da identidade dos servidores técnico-administrativos. Ao reconhecer os saberes produzidos no cotidiano do trabalho, as ações formativas valorizam a experiência profissional e ampliam a participação desses servidores na dinâmica institucional. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante, pois reforça a compreensão da instituição como espaço coletivo de produção de conhecimento.

Nesse cenário, destaca-se a produção de materiais formativos que buscam orientar práticas institucionais a partir de referenciais críticos, como é o caso da cartilha pedagógica *Reuniões formativas de colegiado a partir da epistemologia da práxis* (Garcia; Lima, 2025). O documento propõe uma abordagem de formação continuada em serviço, fundamentada na epistemologia da práxis, compreendendo a formação como processo coletivo, reflexivo e situado, que parte das experiências concretas dos sujeitos no cotidiano institucional. Nesse sentido, a cartilha apresenta orientações metodológicas para a realização de espaços formativos que articulem teoria e prática, favorecendo a construção de conhecimentos a partir da análise crítica das práticas profissionais. Ao trazê-la para o diálogo com as demandas dos Técnico-Administrativos em Educação, especialmente dos Assistentes em Administração, a cartilha pode contribuir para a ressignificação da formação continuada, ao reconhecer esses profissionais como sujeitos do processo educativo e participantes ativos na construção das práticas institucionais.

Nesse contexto, a cartilha pedagógica fundamentada na epistemologia da práxis contribui para a ressignificação da formação continuada ao propor processos formativos baseados na prática concreta dos sujeitos, de forma coletiva, reflexiva e articulada às demandas reais do cotidiano institucional. Ao articular essa abordagem ao contexto dos Assistentes em Administração, torna-se possível compreender a formação continuada como espaço privilegiado para a construção de uma práxis profissional mais qualificada. Nesse sentido, as ações formativas devem partir das práticas administrativas concretas – como a gestão de processos, o atendimento à comunidade acadêmica e a mediação de fluxos institucionais – e promover a reflexão teórico-crítica sobre essas atividades, ampliando a compreensão do papel desses profissionais no processo educativo.

Dessa forma, a formação continuada dos Técnico-Administrativos em Educação não se restringe ao desenvolvimento de competências técnicas, mas promove a construção de sujeitos capazes de compreender e transformar sua realidade de trabalho. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica e reforça a necessidade de reconhecer os Assistentes em Administração como trabalhadores da educação, cuja atuação integra e sustenta o projeto educativo das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender que a atuação dos Assistentes em Administração nos Institutos Federais possui relevância para a efetivação do projeto educativo da Educação Profissional e Tecnológica. Embora historicamente associados às chamadas atividades-meio, esses servidores participam diretamente da dinâmica institucional, viabilizando processos acadêmicos, administrativos e relacionais indispensáveis ao funcionamento das instituições.

Entretanto, o estudo evidenciou a permanência de contradições históricas que atravessam essa carreira, especialmente a invisibilização do trabalho administrativo, a subvalorização profissional e o descompasso entre a formação inicial exigida para ingresso no cargo e a complexidade das atividades desempenhadas. Tais fatores tendem a limitar o reconhecimento do potencial educativo e transformador presente nesse trabalho.

Nesse contexto, a formação continuada mostra-se elemento central para a superação de práticas meramente operacionais e para a construção de uma atuação crítica, consciente e comprometida com os princípios da EPT. Quando estruturada como política institucional permanente e vinculada às demandas concretas do cotidiano laboral, a formação continuada fortalece a identidade profissional, amplia a capacidade reflexiva dos servidores e contribui para a melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

Conclui-se, portanto, que reconhecer os Assistentes em Administração como trabalhadores da educação implica também investir em processos formativos que articulem teoria e prática, saber técnico e consciência crítica, valorizando esses sujeitos como participantes ativos da construção institucional. Por fim, recomenda-se o aprofundamento de pesquisas sobre trabalho, formação e identidade profissional dos TAEs. Investigações dessa natureza podem contribuir para a construção de políticas mais efetivas de valorização desses profissionais,

fortalecendo o caráter coletivo e integrado do projeto educativo desenvolvido pelos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo dos Reis da Silva; LIMA, Geraldo Gonçalves de. A formação continuada dos técnicos-administrativos em educação no IFTM: contribuições para o apoio ao ensino e fortalecimento do ambiente educacional. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 11, p. 01-25, jan./dez. 2025.

BECK, Gabriela G. de Lima; DEROSA, Francini Martins; MATOS, Roberta. A percepção dos ingressantes no cargo de assistente em administração em uma universidade federal sobre o programa de treinamento oferecido. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 01-20, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jan. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: concepções e diretrizes. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica** (PNFPEPT). Brasília: MEC, 2024.

CARVALHO, Cássia Siman; SINÉSIO, Luis Eduardo Moraes. Filmes para diálogos e reflexões com as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 01, 2025.

CHAGAS, Narcizo de Souza; LIMA, Juscelino Gomes. Reflexões e Contribuições da disciplina Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT/IFPI. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 28702-28712, mar 2021.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan-abr, 2014.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. São Paulo: Autores Associados, 2012.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Epistemologia da práxis na formação de professores**. Campinas: Mercado de Letras, 2018.

FARIA, Renata Mercês Oliveira de; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; SILVA, Girlene Alves da. O sentido da relação trabalho e saúde para os assistentes em administração de uma

universidade pública federal no Estado de Minas Gerais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 541-559, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Juliana Pereira; LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **Reuniões formativas de colegiado a partir da epistemologia da práxis: cartilha pedagógica**. Brasília: Editora IFB, 2025.

GOMES, Jarbas Mauricio; ROCHA, Giovanna Nobre Pires da; SOUZA, Ana Luiza Barbosa de. As diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica: um olhar a partir das bases conceituais da EPT. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 20, n. 04, p. 856-873, 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Thiago; MENDES, Glaucio Henrique de Sousa; SILVA, Eduardo Pinto e. Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 703-728, maio/ago. 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

16

ROCHA, Rheanni Fátima Sêmpio de Souza; COSTA FILHO, José Vinicius da. Reflexões sobre o educador assistente em administração. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. 1-15, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAKAMOTO, C. A. C.; FERREIRA, Bruno Freitas; ZACHARIAS, Claudio Gomide; SILVA, Juliana Cristina da; ALVES, Patrícia; RODRIGUES, Henrique Geraldo; KAPPEL, Lucas Borges. As competências dos assistentes em administração no serviço público federal: um estudo de caso no IFTM. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 14, n. 37, p. 53-79, out./dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 20. ed. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, Líbia Aguiar Moreira da; MELO, Sônia Pinto de Albuquerque. Formação e Educação Profissional e Tecnológica. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 138-163, jul./dez. 2024.

SOUZA, Gabriela Mattei de; *et al.* Mapeamento e desenvolvimento de competências: um estudo de caso nos cargos administrativos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 345-364, 2020.